



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

LICITAÇÃO POR PREGÃO

N.º 6/2019

Proc.: PAD 2273/2019

Para contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos extintores de incêndio pertencentes ao acervo patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, compreendendo os serviços de descarga, recarga, teste hidrostático, eventuais substituições de peças e acessórios, pintura e demais serviços destinados ao seu perfeito funcionamento, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte..

RELATÓRIO

Instado a proceder à licitação na modalidade Pregão Eletrônico, a fim de contratar empresa(s) visando a eventual contratação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva dos extintores de incêndio pertencentes ao acervo patrimonial do Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, compreendendo os serviços de descarga, recarga, teste hidrostático, eventuais substituições de peças e acessórios, pintura e demais serviços destinados ao seu perfeito funcionamento, junto a Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte. O Pregoeiro Oficial, observando o interstício legal de 08 (oito) dias úteis, fez publicar Aviso de Licitação na internet, nos sites do TRE-BA e Comprasnet e no Diário Oficial da União, respectivamente.

PRELIMINARMENTE este pregoeiro informa que, em razão da necessidade de urgente deslocamento para Simões Filho não foi possível organizar os documentos no PAD como orientado pela SELIC.

Aos 18 (dezoito) dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezenove, às 13h30min (horário de Brasília), apresentou-se o Pregoeiro Oficial e membro da equipe de apoio designados pela Portaria n.º 18/2018, a fim de procederem à realização dos trabalhos relativos ao Pregão em epígrafe.

Aberta a sessão, após a análise das propostas, as licitantes foram classificadas para a fase de lances, conforme condição do ato convocatório.

Na forma do Edital, houve alerta para os licitantes de que, conforme Recomendação 05/2014 do SCI/TRE-BA, a desistência imotivada da proposta, assim como



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

a omissão no envio da documentação de habilitação poderá gerar instauração de processo para apurar a conduta da empresa, com base no art. 7º da Lei nº 10.520/2002.

Quando da análise da proposta, nas fases de aceite e habilitação, o Pregoeiro assim procedeu:

A licitante melhor colocada, APAG FIRE EQUIPAMENTOS DE COMBATE A INCENDIO LTDA, obteve aceitação de sua proposta após o pregoeiro verificar que o objeto ofertado estava em conformidade com o quanto exigido no termo de referência anexo ao edital.

Tentativa de renegociação, nos termos da cláusula 8.1 do Edital, realizada, com sucesso, sendo devidamente anotado o preço renegociado. Durante a fase de habilitação o pregoeiro procedeu à verificação da situação dessa licitante no SICAF, porém irregular. Entretanto o licitante tempestivamente enviou por anexo do sistema ComprasNet todos os documentos habilitatórios requeridos no edital. Este pregoeiro atestou a regularidade nos sites oficiais quanto a Inscrição no CNPJ, Receita Federal, FGTS, INSS, Trabalhista e Fiscais Federal e Municipal. O licitante enviou alteração contratual registrada na junta comercial. A certidão negativa de falência foi enviada pela licitante tempestivamente, tendo sido verificada a sua autenticidade no site oficial do TJBA. Os atestados de qualificação técnica foram conferidos. Entretanto o Registro emitido pelo INMETRO não pode ser conferido no site do INMETRO em razão de problemas técnicos no site daquele órgão. Foram emitidas todas as declarações constantes do sistema ComprasNet relativas ao licitante em análise. Ainda acessou os sites do www.cnj.jus.br e www.portaltransparencia.gov.br consultando as certidões a que se referem o edital, inclusive quanto impedimentos indiretos constantes do SICAF. Conferência relativa ao único sócio realizada, na forma do edital. Declarada vencedora do referido certame.

Os preços constantes das propostas estão registrados na Ata acostada ao processo PAD em epígrafe.

Encerrado o prazo para registro da intenção de interpor recurso, inexistiram irresignações.

O objeto foi adjudicado à empresa vencedora, conforme termo de adjudicação juntado ao PAD.



JUSTIÇA ELEITORAL
TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL – BA
PREGÃO

Inexistiram eventos que ensejassem comunicação à SELIC acerca de eventual conduta ilícita.

É o Relatório, que ora submetemos à análise do Senhor Diretor-Geral deste Regional.

De ordem, à ASSESD.

Salvador, em 20 de fevereiro de 2019.

Sivaldo Tavares de Jesus Pregoeiro